

A PROVENIÊNCIA DAS PRÁTICAS DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE – RS

Juliana Diniz Gutierrez Borges

Maria Renata Alonso Mota

Resumo

Este estudo é parte integrante de uma pesquisa que buscou analisar as práticas de atendimento às crianças de zero a três anos que se desenvolveram ao longo do tempo e foram, pouco a pouco, constituindo possibilidades para a emergência da creche no Município do Rio Grande – RS. O presente estudo foi desenvolvido a partir de aproximações com os estudos foucaultianos e procura lançar um olhar genealógico sobre a constituição das práticas de atendimento aos bebês e às crianças pequenas. Ao desenvolver as categorias de análise, o estudo demonstra que uma primeira forma de proveniência das práticas de atendimento à pequena infância em Rio Grande apresenta-se atrelada à caridade e a doutrinas religiosas, que fundamentadas em dogmas espirituais e transcendentais, pretendem conduzir a conduta dos homens.

Palavras-chave: Proveniência. Atendimento. Infância. Rio Grande.

Nosso ponto de partida para pensar a história do atendimento à infância em Rio Grande

Ao olhar para o passado, este estudo procura historicizar as práticas de atendimento à infância em Rio Grande¹, que se materializam em jornais e documentos institucionais localizados em acervos desse Município. Para tanto, o estudo aproxima-se do entendimento de história segundo Michel Foucault. Trata-se de uma história que não se volta para a origem dos acontecimentos, mas para as condições que tornaram possível o seu aparecimento.

Afastando-se de uma história das origens, Foucault propõe uma história do presente, uma história que podemos chamar de genealógica. Para ele,

[...] a genealogia não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento; sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo, depois de ter imposto a todos os obstáculos do percurso uma forma delineada desde o início. Nada que se assemelhasse à evolução de uma espécie, ao destino de um povo. (FOUCAULT, 1979, p. 21).

Como podemos observar, não existe pesquisa em Foucault que se preocupe em olhar a história simplesmente pela história, pelo passado, mas em olhar para coisas que inquietam o

¹ Rio Grande é um município do extremo sul do Rio Grande do Sul, situado entre a Lagoa Mirim, a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico. Possui área geográfica de 2.709,522 km² e estima-se uma população de 207.036 habitantes.

nosso presente. Cabe dizer que Foucault é um pesquisador que se preocupa com a atualidade. Conforme Rago (2005, p.263), a relação de Foucault com a história é “estabelecida a partir de um problema que se coloca no presente e, para a resolução, necessita voltar-se ao passado”. Passado este, que também não é visto como embrionário, mas como “lugar do acontecimento, da emergência em uma singularidade, a partir da disputa de forças em conflito” (RAGO, 2005, p. 263).

Segundo Foucault, o objeto próprio da genealogia é marcado melhor por termos como *proveniência* e *emergência* do que *origem*. Neste estudo, centramos nossa análise na proveniência. De acordo com Foucault (1979, p. 20), esta permite “reencontrar sob o aspecto único de um caráter ou de um conceito a proliferação dos acontecimentos através dos quais (graças aos quais, contra os quais) eles se formaram”.

Com isso, Foucault nos conduz a pensar que fazer uma história do presente não significa estudar as instituições atuais em função de uma época passada nem mesmo buscar desvendar em épocas passadas práticas semelhantes a situações do presente. Diferente disso, Foucault nos leva a perguntar: Como chegamos aqui? E, é nesse sentido que nos colocamos a pensar sobre a história da Educação Infantil: Como eram as práticas de atendimento à infância nos períodos mais antigos e como chegaram a ser o que são na Contemporaneidade?

Desse modo, a proveniência nos ofereceu elementos para buscarmos os diferentes começos das práticas de cuidado e educação da infância rio-grandina. Sendo assim, lançar um olhar genealógico para o atendimento à infância no Rio Grande pressupõe considerar acontecimentos diversos cujas convergências e divergências possibilitaram a emergência das práticas e formas de racionalização que configuram as creches no contexto contemporâneo.

Considerando que a intenção da pesquisa foi discutir a constituição das práticas de atendimento às crianças de zero a três em Rio Grande, percebemos a necessidade de buscar dados que fossem anteriores à constituição das creches. Por esse motivo, buscamos nos acervos do Hospital Santa Casa e da Câmara Municipal dos Vereadores, dados referentes à Casa dos Expostos instalada no Município, como uma das primeiras formas de atendimento extradomiciliar à infância rio-grandina. Após, direcionamo-nos para a Biblioteca Rio-grandense, o Arquivo Municipal e o Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto (CDHI/FURG). O período histórico escolhido abarcou acontecimentos a partir do século XIX, tendo em vista os indícios de que as primeiras formas de atendimento à infância rio-grandina começaram a se delinear nessa época.

A Roda dos Expostos (1843 – 1897)

As instituições pré-escolares (escolas maternais, berçários e jardins de infância) voltadas às crianças pequenas, começaram a ser organizadas em Rio Grande somente a partir do século XX. Por esse motivo, nesta seção, discorreremos acerca da Roda dos Expostos, que foi uma das primeiras iniciativas de atendimento aos bebês e às crianças bem pequenas neste Município.

As primeiras instituições de atendimento à infância no Brasil inspiraram-se nos abrigos e asilos que, desde o período Medieval, recolhiam as crianças abandonadas. Nesse contexto, o surgimento dessas instituições foi fortemente marcado pelo propósito de conceder “assistência” e “amparo” aos desvalidos.

Lockmann e Mota (2013, p.92), ao discorrerem sobre as políticas de assistência à infância, trazem contribuições importantes sobre as primeiras formas de atendimento às crianças no Brasil. Segundo as autoras, as primeiras práticas de assistência à infância brasileira se desenvolveram por meio de ações de caridade realizadas pelas igrejas e conventos, no período colonial. Tais práticas são entendidas pelas autoras como “uma espécie de filantropia caritativa e ato de benemerência ao próximo”, que objetivam conduzir as condutas dos sujeitos por meio das verdades religiosas que circulavam naquele contexto histórico.

Assim, a primeira forma de atendimento à infância brasileira que se têm conhecimento foi a Roda dos Expostos, instalada pela primeira vez em 1726, no estado da Bahia. Na Região Sul, essa iniciativa chegou à capital do estado em 1837 e seis anos depois estabeleceu-se no Hospital Santa Casa do Rio Grande. Antes dessa data, há indícios de que a Câmara Municipal já se encarregava deste serviço, tal como está registrado no jornal *O Noticiador*, primeiro jornal da Vila do Rio Grande de São Pedro:

Nesta Villa se tem edificado muito boas casas de sobrado, e outras se estão construindo com elegância e grandeza: alem disso, tem uma regular Aula Nacional de ensino mutuo, em um edificio proprio: tem uma escola particular de Meninas; [...] uma casa própria da Camara Municipal com sua competente Roda para Expostos... (*O Noticiador*, 8/10/1832).

No ano seguinte, porém, outra nota foi emitida:

Roda de Expostos: A Camara Municipal desta Villa faz saber: que fallecendo lhe os meios para criação dos Expostos, por não ter rendimentos que possam fazer face ás despesas de pagamento das Amas, e outros indispensáveis: resolveu em Sessão de hoje, mandar pregar a roda, e não aceitar mais Expostos – E para que chegue ao conhecimento de todos, se mandou publicar, e affixar o presente nos lugares mais públicos. Anacleto José de Medeiros, presidente; Francisco José das Neves, secretario interino (*O Noticiador*, 8/10/1833).

Os dados da pesquisa sugerem que, após uma determinação da Câmara Municipal do Rio Grande, em 22 de dezembro de 1842, a Roda dos Expostos passa a ser administrada pela irmandade do Hospital Santa Casa do Rio Grande. Naquela época, as práticas de assistência à infância estavam vinculadas aos atos de boa vontade, e associavam-se à compaixão de nobres, religiosos e de instituições, como paróquias e hospitais, que se dedicavam a realizar ações caritativas em favor da criança abandonada.

Para compreendermos o surgimento dessa instituição na cidade do Rio Grande, é pertinente reiterar o contexto histórico vivido pelo país, na época. Sobre isso, Venâncio (1997) destaca que, desde o período colonial, o abandono de bebês e crianças bem pequenas era uma prática frequente no Brasil. Os pequenos eram deixados nas ruas, lixeiras, terrenos baldios ou portas de igrejas, sendo submetidos à fome, ao frio, entre outros fatores que os levavam a óbito, caso não fossem encontradas, a tempo, por pessoas caridosas que os recolhessem.

Neste contexto, o sistema de rodas de expostos seria “um meio encontrado para garantir o anonimato do expositor e assim estimulá-lo a levar o bebê que não desejava para a roda” (MARCÍLIO, 2003, p.52). No relatório sobre a Casa da Roda de Rio Grande, temos um panorama geral da época e do propósito da instalação da roda no hospital Santa Casa:

[...] que falar dos Expostos, daquelas inocentes criaturas, que antes e depois de nascidas, bebem a longos sorvos na taça da desgraça, e talvez do crime que lhes propina o veneno, para ocultar uma vergonha antes desconhecida, onde os prazeres, as paixões, ou talvez o interesse encubram com flores os espinhos agudos, que deviam rasgar o véu de um falso pudor ou a venda com que se procura mascarar os resultados de um passo errado. Tudo é lícito supor da parte dos entes desalmados que abandonam à caridade pública seus inocentes filhos, frutos de amores ilícitos, da devassidão e da preguiça. Um crime prende sempre outro crime, e os prejuízos, que tanta influência têm na sociedade, aconselham muitas vezes um atentado oculto, para impedir a frente de corar e conservar-se ativa, embora a consciência reprove pretensões, honras e respeitos unicamente devidos a virtude! A mortalidade em todas as partes onde existem estabelecimentos para a infância abandonada induz a crer que é devida a tentativas feitas antes de nascerem para delas verem-se livres as mães desalmadas que as geraram. Infanticídios estes, que não são provados porque os filhos mal manipulados, ou as doses despropositadas não preencheram os desejos e impediram a realização completa do crime: algumas horas de uma existência dúbia

é bastante para lançar na roda os infelizes, salvar as aparências condenatórias e aumentar nos anais da Santa Casa o rol dos óbitos, atribuídos a falta de cuidados, ou vigilância dos empregados desta, quando a maior parte das criaturas beberam com a vida venenos lentos ou sofreram suplícios a que não eram condenadas, porque não pediram a existência aos entes bárbaros que lhes deram sem quererem conservá-la. É fora de dúvida que a mortalidade dos recém-nascidos, lançados na roda da Santa Casa, não pode ser atribuída a outras causas, que não sejam os maus tratamentos, a privação de alimentos necessários, ou os cálculos de evitar algumas despesas para os últimos deveres, pois que muitas destas criaturas têm expirado poucas horas depois de haverem sido recolhidas na roda. [...]. Com todo o desvelo me ocupei de prevenir a perda de tantas vidas; estudei todos os meios; observei as causas; consultei pessoas habilitadas e tenho de confessar que não pude atribuí-la a outros motivos senão aos que aponto no princípio do relatório. Busquei até o estímulo no interesse, estabelecendo gratificações às amas durante os dois primeiros anos dos expostos, visitei-os e cuidei que não lhes faltasse, e pouco consegui; porque a substância principal falta aos recém-nascidos: os carinhos maternos, aqueles cuidados que o coração inspira e que por uma espécie de influência magnética se infiltram nas tenras criaturas, não podem ser supridos por amas de empréstimo e assalariadas. No entanto, devemos confessar que todos os nossos esforços não têm sido infrutíferos, atentas as dificuldades de meios e nosso atraso de conhecimento em tais materiais. (Relatório da Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande, apud *O Peixeiro*, 7/11/2003).

Nesse excerto torna-se evidente o propósito da roda em funcionar como um dispositivo caritativo, que possibilitava às mães outra alternativa, que não fosse o aborto, o infanticídio nem o abandono selvagem. Assim, “a roda de expostos, como assistência caritativa, era, pois, missionária. A primeira preocupação do sistema para com a criança nela deixada era de providenciar o batismo” (MARCÍLIO, 2003, p. 54). Essa motivação de caráter religioso repercutiu intensamente por todo o período Imperial dando sustentabilidade às práticas de assistência caridosa para com as crianças atendidas nessa instituição.

Estando, assim, arraigada aos costumes e ensinamentos católico-cristãos, a roda configurou-se como prática de caridade e meio para a salvação das almas. A fim de ampliar as reflexões, trazemos as contribuições de Lockmann (2013). Ao estudar as articulações entre assistência e educação, a autora pontua que essas primeiras práticas de assistência eram guiadas pelo princípio da salvação divina alcançada por meio do batismo e da obediência aos doutrinamentos espirituais. Ela destaca que, na concepção da época, essas práticas pretendiam salvar não somente os necessitados (salvando suas almas e suprimindo suas necessidades básicas terrenas), mas também salvar (terrena e eternamente) aquele que prestava o auxílio. Tal concepção é nitidamente percebida na publicação do jornal *A Imprensa*, de 1858, conforme o texto descrito abaixo:

Em janeiro deste anno falleceu no Porto, Joaquim Ferreira Brandão, negociante que foi de ferragens nesta cidade, e em seu testamento se lê as seguintes verbas: Deixo a Santa Casa de Misericórdia da cidade do Rio Grande do Sul do Imperio do Brasil, a quantia de 4:000\$ em moeda do mesmo Imperio. [...] Declaro que fui padrinho de baptismo de uma engeitada da roda da mesma cidade do Rio Grande do Sul, cujo nome ignoro, mas que há de constar dos livros e assentos da mesma roda, e a essa

engeitada, minha afilhada, deixo 1:000\$ e se ella fôr morta, reverterá esta quantia á Santa Casa do Rio Grande. Estas deliberações do honrado finado é o testemunho mais nobre da alma pura e generosa de Brandão que ainda mesmo longe e há muito retirado do Rio Grande, não se esqueceo da terra onde fez a sua fortuna. Consta-nos que a Mesa da Santa Casa grata a esta generosa oferta deliberou que se celebrasse uma missa pela alma do honrado Joaquim Ferreira Brandão.

Esta prática era comum na realidade brasileira da época, principalmente por ser um país fortemente influenciado pelo catolicismo e apregoar a caridade como fundamento da fé cristã. Por isso, “homens proprietários, preocupados com a salvação de suas almas, deixavam em seus testamentos legados e esmolas para a misericórdia, muitos designando-os expressamente para ajuda na criação dos expostos” (MARCÍLIO, 2001, p. 67).

Lockmann (2013) complementa essa concepção, pontuando que:

[...] participar das ordens religiosas nessa época, tais como as Misericórdias, por exemplo, significava, por um lado, usufruir de benefícios terrenos que melhoravam as possibilidades de fazer bons negócios e obter vantagens junto ao Governo; por outro, viver essa vida de acordo com os princípios religiosos, exercendo o bem, ajudando os necessitados, garantiria a salvação das almas dos benfeitores, encaminhando-os à vida eterna (LOCKMANN, 2013, p.187).

Esse aspecto relacionado à filantropia caritativa pode ser articulado à metáfora do pastor de ovelhas, utilizada por Foucault (1987). Na análise do autor, o pastoreio hebraico exercia um poder sobre o seu rebanho, conduzindo-o, alimentando-o, zelando por sua segurança e salvação. Para ele, “é esse tipo de poder que foi introduzido no Ocidente pelo cristianismo e que tomou uma forma institucional no pastorado eclesiástico: o governo das almas se constitui na Igreja cristã como uma atividade central e doutra, indispensável à salvação de todos e de cada um” (FOUCAULT, 1987, p. 82).

É interessante atentar como esse poder pastoral foi tomando seus primeiros contornos e como foi se modificando e se intensificando no decorrer da história do cristianismo ocidental. Para os hebreus, o pastor era aquele que zelava pelas ovelhas, sendo sempre cuidadoso, vigilante e amoroso. Para os cristãos, textos do Novo Testamento bíblico aplicam essas características à Cristo.

Essas características descritivas do pastoreio foram observadas por Foucault e a partir delas o filósofo tematizou sobre a forma como a Igreja ocidental passou a conduzir as condutas dos sujeitos através da pastoral das almas. Segundo o autor:

O pastor está a serviço do rebanho, deve servir de intermediário entre ele e os pastos, a alimentação, a salvação, o que implica que o poder pastoral, em si, é sempre um bem. Todas as dimensões de terror e de força ou de violência temível, todos esses poderes inquietantes que fazem os homens tremer diante dos poderes dos

reis e dos deuses, pois bem, tudo isso se apaga quando se trata do pastor (FOUCAULT, 2008, p.172).

Assim, partindo da perspectiva foucaultiana, entendemos esse tipo de poder como uma forma de dirigir a conduta dos sujeitos a partir da condução da consciência, da condução da alma. Para usar as palavras do autor, trata-se de “um tipo de poder bem específico que se dá por objeto a conduta dos homens – quero dizer, por instrumento os métodos que permitem conduzi-los e por alvo, a maneira como eles se conduzem, como eles se comportam” (FOUCAULT, 2008, p. 252). Assim, o poder pastoral se apresenta benevolente, zeloso pelo “bem-fazer” às ovelhas. É por isso que “ele não tem outra razão de ser senão fazer o bem”, visto que “o objetivo essencial, para o poder pastoral, é a salvação do rebanho” (FOUCAULT, 2008, p.170).

Com base nos escritos do filósofo, podemos perceber, por volta do século XVI, uma “intensificação do pastorado religioso em suas dimensões espirituais e em suas extensões temporais (FOUCAULT, 2008, p. 308). A partir desse momento, o poder pastoral passou a ser significativamente intervencionista, influenciando a vida material, cotidiana e temporal dos indivíduos. Esse momento caracterizou-se por uma “assunção, pelo pastorado, de toda uma série de questões, de problemas referentes à vida material, à higiene, à educação das crianças” (FOUCAULT, 2008, p.308).

Assim, percebemos que uma primeira forma de proveniência das práticas de atendimento à infância – tanto em âmbito nacional quanto local – apresenta-se atrelada à caridade e a doutrinas religiosas, que fundamentadas em dogmas espirituais e transcendentais, pretendem conduzir a conduta dos homens nesse mundo.

Como menciona Foucault (2010, p. 58), a crença na salvação eterna viabiliza o exercício desse poder, pois:

Na medida em que os homens estão mais preocupados com a sua salvação no outro mundo do que com isso que se passa aqui em baixo, na medida em que querem verdadeiramente serem salvos, eles permanecem tranquilos e é mais fácil governá-los. Quanto mais os homens estão preocupados com a sua salvação no além, mais é fácil aqui embaixo governá-los.

Para complementar essa análise, trazemos as ações de uma das criadeiras de expostos como exemplo de caridade e benemerência ao próximo, publicada no jornal *Rio Grande*:

Ignacia Rodrigues Ramos parteira desde recuardos anos, viu o desapontar de muitas gerações que hão de eternamente bendizer-lhe o nome [...]. Criava expostos da Santa Casa [...] e nessa árdua missão consumiu a maior parte de sua existência, constituindo-se uma benemerita do povo rio-grandense (*Rio Grande*, 24/03/1900).

Para compreendermos um pouco das práticas que envolviam o atendimento aos expostos dentro desta lógica, destacamos a seguir alguns excertos do Regimento da Roda dos Expostos da Santa Casa do Rio Grande (1850). Dentre os aspectos trazidos nesse documento está o papel da administração da repartição dos expostos e dos empregados envolvidos na criação dos enjeitados até completarem seis anos de idade.

A administração do sistema assistencial para as crianças expostas na Roda encarregava-se pela gestão econômica e dos funcionários responsáveis pela criação, educação e assistência médica dos expostos. O artigo 2º do Regimento especifica essa função:

Art. 2º. A estes administradores compete o governo administrativo e econômico dos negócios relativos aos expostos, obrando cada um per si nos casos de sua privativa competência ao diante declarados, e propondo de commum accôrdo ao provedor, para este levar ao conhecimento da mesa quando não lhe compita decidir definitivamente, tudo o que julgarem conveniente sobre o melhor modo de dirigir os mesmos negócios, em benefício do melhoramento e prosperidade da condição dos expostos.

O governo administrativo e econômico da roda era exercido pelo irmão mordomo. Cabia a ele inspecionar e velar pela criação e educação dos expostos entregues à Santa Casa. Ao tratar dos deveres e atribuições do irmão mordomo, o Regimento registra a preocupação em batizar as crianças expostas, que não possuíam declaração de já o estarem, antes que saíssem da Roda.

Contudo, fazendo uma leitura atenta de todo o documento, veremos que, embora a grande motivação para o atendimento às crianças na roda tenha sido a salvação da alma dos recém-nascidos, buscava-se, também, salvar-lhes a vida, como se pode depreender no artigo citado a seguir:

Art. 10º, II, VIII. Compete e é do dever do irmão mordomo dos expostos: [...] Entregar as crianças ás amas externas, á vista dos despachos do provedor, verificando a identidade das pessoas a quem os referidos despachos iacumbirem a criação dos expostos [...] tendo sempre todo o cuidado para que estes sejam bem tratados, tanto por parte das amas no seu aleitamento, como pelo que diz respeito ao vestuário, curativo e asseio; e que o edificio, móveis e utensís se conservem constantemente no melhor estado de limpeza, as camas enxutas e decentes e as roupas bem lavadas.

O atendimento médico existente na roda também evidenciava essa preocupação. Aos médicos cabia:

Art. 23. [...] visitar o estabelecimento, ao menos uma vez por dia, no caso de haver algum exposto enfermo, e mais de uma vez, quando moléstias graves o exigirem; determinar o curativo dos expostos enfermos; dirigir o tratamento ordinário dos expostos no estado de saúde, indicando à regente e às criadeiras externas os alimentos que lhes forem mais convenientes, e a aplicação dos meios que a higiene aconselha para que se criem os expostos com saúde e robustez; inscrever os números

e nomes dos expostos que adoecerem, em um livro que haverá na Santa Casa para esse fim, com designação das moléstias que padecerem e de que falecerem; acrescentando as observações que julgarem convenientes, e que possam servir para a estatística higiênica das moléstias dominantes nos expostos; vacinar os expostos, logo que por sua idade e saúde se achem em circunstâncias de poder receber a vacina.

Assim, podemos compreender que as práticas de atendimento difundidas nessa instituição visavam a salvação do necessitado, oferecendo ajuda material como: alimento, roupas e medicamentos (salvação do corpo); e o batismo (salvação da alma).

No decorrer do documento, é possível perceber a organização de três momentos distintos no atendimento às crianças expostas: o primeiro, compreendendo os bebês, aleitados pelas amas-de-leite; o segundo, envolvendo as meninas de até seis anos e os meninos de até sete anos de idade, entregues às criadeiras; e o terceiro, abrangendo as crianças que completavam seis e sete anos, que passavam a ser educadas por pessoas que se dispunham a encarregar-se gratuitamente. Podemos observar essa organização nos artigos a seguir:

Art. 30. Todos os expostos, sempre que seu estado o permitir, serão tratados na casa da roda, além do leite natural que puderem receber das amas, com amamentação artificial, e seguidamente com alimentos que se costumão dar às crianças em taes idades.

Art. 35. Os expostos serão tratados na casa da roda enquanto não aparecerem pessoas com a necessária capacidade, que queirão encarregar-se de sua criação, recebendo porisso a gratificação de dezesseis mil réis mensais até aos dezoito mezes de idade; e findos estes, a de doze mil réis por mez, até completarem a idade de seis anos as meninas e sete os varões.

Art. 46. Logo que as expostas tiverem completado seis anos de idade, e os varões sete, as pessoas encarregadas de sua criação devem declarar ao irmão mordomo se lhes convem ou não tel-os d'essa época em diante a seu cargo gratuitamente, com a condição de os educar da maneira que lhes fôr indicada pela administração dos expostos.

Nos jornais locais, eram publicados anúncios sobre a procura por amas-de-leite:

Santa Casa de Misericórdia. Procura-se uma ama de leite, para ser encarregada da criação de um exposto que se acha na casa da roda. O mordomo A. J. Soares Viana (*Rio Grande*, 18/5/1866).

O mordomo Antonio José Viana pela imprensa pede uma ama que esteja em boas condições para se encarregar da criação de um exposto recém nascido (*Rio Grande*, 19/9/1866).

É pertinente observar que, com base nessa separação etária, a concepção de educação que aparece no Regimento dirigia-se às crianças maiores de seis anos e consistia em ensinar a ler, escrever e contar. O artigo 5º aborda, com clareza, essa compreensão de educação:

Art. 5º. V. Proporcionar meios de educação aos expostos, logo que estes tenham chegado à idade-de seis annos as meninas, e de sete os varões –, debaixo das seguintes, bases: Sendo varão, tratar-se-á de entregal-o à pessoa que o criou, se for

capaz, obrigando-se esta, por termo que assignara perante a administração dos expostos, a mandal-o ensinar a ler, escrever e contar em alguma aula publica, e a prender qualquer officio ou indústria [...]. Sendo menina, tratar-se-á de deixal-a com a pessoa que a tiver criado, sendo honesta e capaz, e obrigando-se da maneira acima a mandal-a ensinar a ler, escrever e contar, coser, lavar e engommar.

É válido salientar, também, que desde esse momento começava-se a atribuir uma polaridade entre assistência e educação no atendimento à infância. Acreditava-se que o cuidado se vinculava ao atendimento às crianças de até seis anos e a educação às maiores. Outro fato relevante é que a maioria das crianças expostas tinha de zero a três anos. Esse dado demonstra a carência de outras instituições que atendessem a essa faixa etária, bem como a inexistência de políticas públicas para atender a essa demanda.

É importante mencionar, ainda, que durante os 54 anos de sua existência, a Roda dos Expostos instalada na cidade do Rio Grande recebeu centenas de crianças, porém mais da metade dos enjeitados morria dias após serem postos na Roda. Conforme Rodrigues (1985), as condições que conduziram a esse elevado índice de mortalidade eram: o estado de saúde debilitado com que a maioria chegava à roda; a falta de cuidado de algumas ama-de-leite; e a terrível epidemia da cólera, que também não poupava os pequenos. Os que sobreviviam a esse quadro eram criados na própria Santa Casa até chegarem à maioridade ou serem abrigados em casas de famílias.

No contexto desta instituição, destacam-se práticas de atendimento à infância vinculadas às ordens religiosas e à caridade da comunidade cristã rio-grandina. Desse modo, podemos dizer que as práticas dessa instituição também se configuraram como uma forma de governo, baseada em princípios transcendentais e divinos. Constituem-se em práticas de auxílio às desvalidas a partir da noção de caridade e benemerência. Esses valores fundamentavam-se na concepção fortemente difundida na época, de que a vida terrena era transitória, mas que o socorro prestado aos necessitados seria uma forma de superá-la e de alcançar o caminho para a salvação eterna, conforme foi abordado anteriormente.

O Asilo de Órfãos Coração de Maria (1861)

Mesmo com a criação da Roda dos Expostos, os problemas com as crianças abandonadas e com a mortalidade infantil na cidade permaneciam crescentes. Essa situação implicou na necessidade de criação de outras instituições responsáveis pela sobrevivência dos

enfeitados. Em decorrência disso, foi inaugurado na cidade do Rio Grande, em 15 de agosto de 1861, o Asilo de Órfãs desvalidas Coração de Maria².

Com o propósito de acolher meninas desde recém-nascidas, esta instituição foi idealizada por alguns membros da comunidade rio-grandina, sendo que um dos objetivos iniciais da criação desse Asilo de meninas era dar continuidade às ações da Casa dos Expostos.

Desde seu surgimento, as práticas realizadas no interior da instituição visavam amparar, educar e formar meninas órfãs da cidade, a partir das virtudes cristãs. As rotinas do Asilo ilustravam esse propósito. Eram organizadas de forma a oportunizar às recém-nascidas o aleitamento, o batismo e os cuidados com o corpo, já às internas maiores, aulas de catequese, costura e bordado, práticas educativas, conhecimentos culinários, entre outras atividades. Quanto a isso, uma das dirigentes do Educandário, a irmã Marilze Carbonera, que trabalhou na instituição há mais de quatro décadas, enfatizou que a intenção do Asilo “foi sempre preparar as meninas para que saíssem prontas para a vida, tornando-se mulheres feitas, assumindo a postura de ótimas donas de casa, para que pudessem viver dignamente”³.

A fim de situar com mais precisão os movimentos iniciais desta instituição de atendimento à pequena infância no Município do Rio Grande, recorreremos à publicação trazida no *Diário do Rio Grande*, de 10 de agosto de 1861, que noticia:

Comunicado – Um pensamento humanitário apareceu n’esta cidade e achou eco na sua philantrópica população – qual seja um asylo para orphans desassistidas d’este município. Este pensamento, verdadeira inspiração emanação do céu, vai em breve ser realizado pelos esforços e dedicação de alguns varões estimáveis, intérpretes da Providencia, para quem o próprio impossível e’ nada, quando se trata de um acto benemérito, com o concurso piedoso de todos, e sob o protetorado do nosso virtuoso prelado, Bispo d’esta província. Todos devem contribuir para tão santo fim [...] Santa Casa de Misericórdia creada para socorro dos míseros enfermos e amparos dos inocentes abandonados deve confraternizar-se. Lá educará suas expostas que também são orphans...

Esse noticiário foi publicado cinco dias antes da inauguração do Asilo e ressalta o caráter caritativo da instituição, bem como evidencia o propósito de atender às meninas expostas na Roda, que inicialmente foi instalada no hospital Santa Casa.

Anos mais tarde, o jornal *A Imprensa* noticia as comemorações de aniversário como, por exemplo, na edição de 26 de agosto de 1866: “O Asylo Coração de Maria comemora o 6º

² A instituição, atualmente denominada Educandário Coração de Maria, funciona em formato de semi-internato, no período da manhã até o final da tarde, atendendo turmas desde a Educação Infantil ao 4º ano do Ensino Fundamental

³ Jornal Agora, Rio Grande, 14/08/2011.

aniversário de sua instalação, cujos resultados são fruto da caridade de seus benfeitores e do desvelo de do seu presidente Miguel Tito Sá”.

Um aspecto importante de ser destacado são as diversas recorrências de anúncios que mencionam as obras caritativas empreendidas naquele estabelecimento e em favor das crianças asiladas. A seguir, um dos excertos:

A função concedida por Albano Pereira em benefício do Asylo Coração de Maria esteve esplendida. As asyladas daquele pio estabelecimento assistiram á função. Trajavam ellas as vestes da inocência. Creanças arrojadas aos tufões do mundo, o que dellas seria, se não encontrassem para recebel-as aquele pio estabelecimento. O filantrópico e distinto artista Albano Pereira deve estar satisfeito, porque gravou em sua gloriosa carreira artistica mais um monumento á caridade (*Diário do Rio Grande*, 1876).

No contexto desta instituição, destacam-se, assim, práticas de atendimento à infância vinculadas às ordens religiosas e à caridade da comunidade cristã rio-grandina. Desse modo, podemos dizer que as práticas dessa instituição também se configuraram como uma forma de governmento, baseada em princípios transcendentais e divinos. Constituem-se em práticas de auxílio às desvalidas a partir da noção de caridade e benemerência.

Reflexões acerca das primeiras formas de atendimento à pequena infância em Rio Grande

A partir das análises realizadas até o momento, pode-se compreender que, em Rio Grande, as práticas de atendimento às crianças pequenas apresentavam-se, em suas primeiras formas, como atos de beneficência ao próximo. Tais atos eram desenvolvidos por organizações religiosas, que prestavam assistência material, moral e espiritual às crianças que estavam sob os seus cuidados. Ao mesmo tempo em que se constituíam enquanto meio para a salvação das almas, essas práticas possibilitavam conduzir as condutas dos sujeitos através de verdades religiosas, que aplicavam os ensinamentos cristãos como mecanismos para intervir sobre a vida da população rio-grandina, determinando a maneira como essa deveria se conduzir aqui na Terra.

Nesse recorte histórico, é possível perceber que esse princípio norteador do pensamento da época possibilitava exercer um poder sobre a conduta dos rio-grandinos, com base na crença de uma vida após a morte. Tanto o atendimento realizado na Roda dos Expostos quanto o prestado no Asilo de Órfãs Coração de Maria, podem ser compreendidos como práticas, através das quais a verdade religiosa se manifesta.

Essa verdade instituía e delimitava padrões morais de conduta para aqueles que visavam a salvação eterna. É pertinente ressaltar que essa salvação tem também uma

implicação terrena, na medida em que aparece como possibilidade para qualificar a vida do rio-grandino na Terra. Por esse motivo, podemos assim compreender que, em Rio Grande, as primeiras formas de atendimento aos bebês e as crianças bem pequenas operavam por meio da caridade e benignidade ao próximo com o propósito de salvar, aqui e no além, tanto o necessitado quanto o que presta o auxílio.

No que se refere à salvação da criança, cabe inferir ainda algumas análises. Para isso, trazemos as contribuições de Corazza (2000). Em seu estudo, intitulado *E os pequeninos, Senhor?*, a autora analisa o discurso ocidental acerca do infantil, a partir de dois eixos: o de sua inocência e o da culpa efetiva. Corazza (2000) examina alguns deslocamentos desses dois eixos no Sacramento do Batismo e na Pastoral Educativa, considerados pela autora como práticas de governo da infância ou, em suas palavras, “governo dos infantis”.

Para o catolicismo romano, toda criança tinha uma mente a ser desenvolvida e uma alma a ser salva. “As crianças eram concebidas como socialmente marginais e como sujeitos aprisionados ao Pecado Original: naturalmente orientados ao mal, e necessitados de correção controle e formação”. (CORAZZA, 2000, 79). Sendo assim, o sacramento do batismo operava – e ainda opera – como possibilidade de libertação do pecado, purificação e salvação. Ao ser batizada, as crianças culpadas, passavam a ser lavadas do pecado, sepultando sua velha natureza pecaminosa, tornando-se finalmente inocentes. Desse modo,

Pelo batismo, as crianças nasciam de novo, não mais da família natural, e sim da família espiritual, cuja acolhida era imprescindível, porque as crianças não eram inocentes, haja vista a quantidade de sofrimentos que padecem [...] só o batismo abria "o caminho da salvação (CORAZZA, 2000, p. 81).

Considerando, assim, a análise empreendida pela autora, compreendemos que o segundo eixo, o da "culpa", foi articulador das primeiras práticas de atendimento à infância rio-grandina. Esse eixo oportunizou “o exercício recorrente das relações do poder adulto com uma infância faltosa e carente”. (CORAZZA, 2000, p. 69). Nesse contexto, segundo a autora, a vida da criança, seu corpo e sua alma são capturadas pelas instruções catequistas, pelo exame e pela condução contínua da consciência, instrumentos apropriados pelo cristianismo.

Mais tarde, essa “culpa infantil” começa a fazer parte do pensamento ocidental que passa a ver a criança com as lentes da cientificidade. Tal concepção abre caminho para as práticas educacionais na instituição escolar. No caso do Asilo Coração de Maria, hoje denominado Educandário Coração de Maria, podemos visualizar as diversas modificações que passou ao longo do tempo. Suas rotinas foram se firmando e, gradualmente, o que era um

lugar de abrigo e amparo para as crianças órfãs e desvalidas, foi, ao longo do tempo, assumindo a condição de uma instituição educacional.

REFERÊNCIAS

CORAZZA, Sandra Mara. E os pequeninos, Senhor? Inocência e culpa na pastoral educativa. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, v.25, n.1, dez-jan/jul 2000. p. 59-92.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Do Governo dos Vivos**: curso no Collège de France: 1979-1980: excertos. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

JORNAL **O Noticiador**. Rio Grande, 8 out.1832.

JORNAL **A Imprensa**. Rio Grande, 6 Jun, 1858.

JORNAL **Rio Grande**. Rio Grande, 24 mar, 1900.

JORNAL **Rio Grande**. Rio Grande, 18 mai,1866.

JORNAL **Rio Grande**. Rio Grande, 19 ago, 1866.

JORNAL **Diário do Rio Grande**, Rio Grande, 17 jul, 1876.

JORNAL **O Peixeiro**, Rio Grande, 7 nov. 2003.

LOCKMANN, Kamila; MOTA, Maria Renata Alonso. **Práticas de assistência à infância no Brasil**: uma abordagem histórica. Revista Linhas, Florianópolis, v. 14, n. 26, jan./jun. 2013, p. 76 – 111.

LOCKMANN, Kamila. **A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada**: estratégias da governamentalidade neoliberal. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2013.

MARCILIO, Maria Luíza. **A História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2001.

MARCILIO, Maria Luíza. A Roda dos Expostos e a criança abandonada na História do Brasil.1726-1950. In: Freitas, M. (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 51-78.

RAGO, Margareth. Libertar a história. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luis Lacerda e VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

REPARTIÇÃO DOS EXPOSTOS. **Regimento**. Santa Casa do Rio Grande, Rio Grande, 1850.

RODRIGUES, Sued de Oliveira. **Santa Casa do Rio Grande: a saga da misericórdia**. Rio Grande: FURG, 1985.

VENANCIO, Renato Pinto. Maternidade Negada. In: PRIORE, Mary del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 189-222.